



## **1º TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026**

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FENATI**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.921.173/0001-04, por seu Presidente, Sr. Emerson Ronaldo Morresi;

**SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, SIMILARES E PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE MATO GROSSO – SINDPD/MT**, CNPJ nº 01.978.246/0001- 03, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Lucimar Urbano de Arruda

e

**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO – FECOMÉRCIO/MT**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.484.896/0001- 10, por seu Presidente Sr. José Wenceslau de Souza Junior.

Celebram o presente **1º TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos EMPREGADOS DAS EMPRESAS PRIVADAS DE · PROCESSAMENTO DE DADOS, DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, PROVEDORAS DE INTERNET E SOFTWARES, com abrangência em todos municípios do estado de Mato Grosso: Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto da Boa Vista, Alto Gar as, Alto Paraguai, Alto Taquari, Apiacás, Araguaiana, Araguinha, Araputanga, Arenópolis, Aripuanã, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Cáceres, Campinápolis, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Cocalinho, Colíder, Colniza, Comodoro, Confresa, Conquista d'Oeste, Cotriguaçu, Cuiabá, Curvelândia, Denise, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Figueirópolis d'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Glória d'Oeste, Guarantã do Norte, Guiratinga, Indiavaí, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Jaciara, Jangada, Jauru, Juara, Juína, Juruena, Juscimeira, Lambari d'Oeste, Lucas do Rio Verde, Luciara, Marcelândia, Matupá, Mirassol d'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Fronteira, Nova Guarita, Nova Lacerda, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Nazaré, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova>Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Paranaíta, Paranatinga, Pedra Preta, Peixoto de Azevedo, Planalto da Serra, Poconé, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Porto Estrela, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Reserva do Cabaçal, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Rondonópolis, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leste, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Rio Claro, São José do Xingu, São José dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa, Sapezal, Serra Nova Dourada, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Vale de São Domingos, Várzea Grande, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Rica.

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO NORMATIVO

Fica assegurado aos empregados abrangidos por esta convenção os seguintes pisos normativos a saber:

#### TABELA DO PISO NORMATIVO

| CBO  | Família (Cargos Sinônimos)                                                                                     | Salários                                                                                      |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 4121 | Operadores de equipamentos de entrada e transmissão de dados<br>(Digitadores/digitalizadores/Protocolizadores) | R\$ 2.252,56 (dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) 30HS/S |

|                     |                                                                             |                                                                                      |
|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| 3722                | Operadores de rede de teleprocessamento e afins (Operadores em informática) | R\$ 2.804,42 (dois mil, oitocentos e quatro reais e quarenta e dois centavos) 30HS/S |
| 3172                | Técnicos em operação e monitoração de computadores (Técnico de suporte)     | R\$ 3.100,84 (três mil, cem reais e oitenta e quatro centavos) 44HS/S                |
| 3171                | Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações (Programadores)        | R\$ 3.127,41 (três mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e um centavo) 44HS/S   |
| 2124                | Analistas de tecnologia da informação (Analista de sistema)                 | R\$ 4.093,46 (quatro mil, noventa e três reais e quarenta e seis centavos) 44HS/S    |
| Área Administrativa | 44 horas semanais                                                           | R\$ 1.539,44 (mil, quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos)    |

**Parágrafo Primeiro** - O salário do empregado iniciante, contratado como trainee, corresponderá a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do piso salarial fixado nesta cláusula, para cada função desempenhada.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de duração do contrato de trainee será de até 03 (três) meses para o pessoal da área administrativa e até 07 (sete) meses para as demais funções, contados a partir da admissão.

**Parágrafo Terceiro** - Acaso o piso normativo venha a se tornar inferior ao salário-mínimo nacional, este prevalecerá.

#### TABELA PISO TRAINEE

(70% do piso salarial fixado na cláusula consoante valores acima).

#### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

As empresas reajustarão os salários dos empregados que recebem acima do Piso Normativo de acordo com o aumento calculado pelo índice INPC/IBGE, do período de 01/05/2024 a 30/04/2025, acrescidos de 1% (um por cento) a título de ganho real.

**Parágrafo Primeiro:** Para fins de cumprimento da presente cláusula é permitido o abatimento dos reajustes comprovadamente já concedidos por liberalidade dos empregadores.

**Parágrafo Segundo:** As cláusulas que necessitarem de regulamentação junto ao sindicato dos trabalhadores serão pactuadas por meio de aditivo a esta Convenção Coletiva de Trabalho.

## **CLÁUSULA QUINTA - VALE REFEIÇÃO/ ALIMENTAÇÃO**

As empresas concederão esse benefício na ordem de R\$ 26,39 (vinte e seis reais e trinta e nove centavos), por dia de trabalho, a título de auxílio alimentação (cartão alimentação, vale alimentação ou refeição) a partir da validade deste Termo Aditivo. As empresas que já concedem este auxílio com valor superior aos de 26,39 (vinte e seis reais e trinta e nove centavos) poderão deduzir dos empregados o percentual de até 20% (vinte por cento), com autorização formal para débito em folha, desde que o valor mínimo a ser concedido pela empresa não seja inferior a 26,39 (vinte e seis reais e trinta e nove centavos).

## **CLÁUSULA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão do salário de todos os trabalhadores beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, sindicalizados ou não, o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), a partir de maio de 2025, em favor dos convenientes, conforme Artigo 513, alínea "e" da CLT e nos termos da decisão tomada na assembleia realizada na forma do edital.

**Parágrafo 1º** - O recolhimento será feito através de guia emitida de forma eletrônica através do site do SINDPD MT (<https://sindpd-mt.org.br/>) na área "Emissão de Boleto" onde realizarão o Upload da GFD (Guia do FGTS Digital) ou documento que vier a substituí-lo em formato PDF, que comprove o número de trabalhadores ativos na empresa, referente a competência do mês de recolhimento. Na mesma área estará disponível para consulta a relação de opositores e sócios para o correto recolhimento. O vencimento do boleto será todo dia 20 de cada mês subsequente ao desconto realizado.

**Parágrafo 2º** - A Empresa que possuem matriz e filial, deverá enviar documento complementar descrito como “detalhe da Guia a ser emitida - Relação de estabelecimento ou categoria”, para correta individualização da quantidade de trabalhadores por CNPJ.

**Parágrafo 3º** - A Empresa que possuem tomadores de serviços, deverão enviar documento complementar descrito como “detalhe da Guia a ser emitida - Relação de tomadores”, para correta individualização da quantidade de trabalhadores por CNPJ tomadores de serviços.

**Parágrafo 4º** - Para comprovação das exceções e divergências referentes a trabalhadores nas seguintes situações: Admitidos; Demitidos; Afastados e Aposentados, será necessário o envio do relatório do e-social que pode ser acessado através da rota [https://www.gov.br/esocial/pt-br/opção “Empregados/gestão de empregados”](https://www.gov.br/esocial/pt-br/opção/empregados/gestão-de-empregados), que será utilizado exclusivamente para verificação de cálculo, conforme esta Convenção, por se tratar de uso legítimo dos dados.

**Parágrafo 5º** - Todos os documentos supracitados devem ser anexados através do site do SINDPD MT (<https://sindpd-mt.org.br/>) na área de “Emissão de Boleto” com login e senha da empresa, conforme ícones constantes para cada tipo de documento a ser inserido.

**Parágrafo 6º** - Para a data base de maio de 2025 fica assegurado o prazo de 10 (dez) dias corridos, iniciando no dia 12 de maio de 2025 ao dia 21 de maio de 2025, de segunda a sábado da 09h00 às 17h00, para os empregados NÃO SÓCIOS DO SINDPD/MT oporem-se ao desconto, através de manifestação escrita e individualizada a ser apresentada pessoalmente, na sede da entidade sindical, com sede Rua Dr. Hélio Ponce de Arruda, nº 742, Centro Político Administrativo, CEP: 78.049-120, Cuiabá/MT.

**Parágrafo 7º** - Aos empregados, NÃO SÓCIOS, que estiverem comprovadamente afastados, por motivo de férias, auxílio doença, licença maternidade ou acidente do trabalho, no período previsto no parágrafo anterior, fica assegurado o prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de retorno ao trabalho, para exercerem o direito de oposição ao desconto, mediante manifestação escrita e individualizada, a ser apresentada pessoalmente na sede Rua Dr. Hélio Ponce de Arruda, nº 742, Centro Político Administrativo, CEP: 78.049-120, Cuiabá/MT.

**Parágrafo 8º** - Os empregados NÃO SÓCIOS, que estiverem trabalhando fora do Estado do Mato Grosso e nas cidades em que não houver sede ou representação física do sindicato profissional, poderão encaminhar a oposição através de carta registrada individual, ou seja uma carta por envelope, endereçada à sede Rua Dr. Hélio Ponce de Arruda, nº 742, Centro Político Administrativo, CEP: 78.049-120, Cuiabá/MT.

**Parágrafo 9º** - Os empregados admitidos após a data base terão o direito de manifestar oposição no prazo de 10 dias corridos após cumprido o contrato de experiência, iniciando o prazo no dia da

contratação por prazo indeterminado. As oposições deverão ser acompanhadas de comprovação do período de experiência.

**Parágrafo 10º** - É de exclusiva responsabilidade do Sindicato da categoria Profissional, qualquer dúvida ou questionamento do empregado envolvendo a sua vontade em contribuir para o Sindicato Profissional, comprometendo-se desde logo a ressarcir o empregador quanto a eventual ônus que lhe seja imposto por decisão judicial transitada em julgado.

**Parágrafo 11º** - As empresas abrangidas se comprometem a providenciar a notificação extrajudicial do SINDICATO DOS TRABALHADORES quanto à existência de ações ajuizadas questionando os descontos da contribuição assistencial, dentro do prazo para manifestar-se nos respectivos autos, e a tempo para que o notificado possa promover os atos que entender cabíveis em cada caso.

**Parágrafo 12º** - A responsabilidade pela instituição da contribuição assistencial e seus valores é exclusiva da categoria Profissional, ficando isentos o Sindicato da categoria Econômica e empregadores de quaisquer ônus ou consequências perante seus empregados, encontrando esse desconto respaldo legal no artigo 462 da CLT.

**Parágrafo 13º** - Os trabalhadores filiados ou contribuintes ao SINDPD/MT ficam isentos da Taxa Negocial inserida na PLR de 6% (seis por cento), limitada a R\$ 600,00 (seiscentos reais), sendo descontada tão somente dos trabalhadores opositores de cada data base.

**Parágrafo 14º** - Fica vedada às empresas e ao sindicato da categoria econômica, sob pena de configurar prática antissindical a realização de quaisquer manifestações, atos, campanhas, receber oposições internamente nas empresas ou condutas similares no sentido de incentivar ou instigar os trabalhadores não filiados aos Sindicatos apresentarem o seu direito de oposição.

**Parágrafo 15º** - Para manutenção de custeio das entidades de grau superior, do montante desta contribuição, será destinado 15% (quinze por cento) para a Federação e 5% (cinco por cento) para a Central Sindical.

## CLAUSULA SÉTIMA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Tendo em vista que a presente contribuição assistencial patronal visa custear atividades assistenciais do sindicato, principalmente pelo fato de o mesmo ter participado das negociações para obtenção de novas condições de trabalho para a categoria, objetivando garantir os recursos financeiros necessários à manutenção, todas as empresas abrangidas por esta CCT, integrantes das categorias do comércio e prestação de serviços, consignadas nesta Convenção Coletiva de Trabalho, deverão recolher a presente contribuição aos respectivos Sindicatos Patronais, ou a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso – FECOMÉRCIO/MT.

§ 1º - O recolhimento do valor da guia da presente contribuição assistencial, nos valores determinados pela Tabela de Valores das Contribuições Patronais Assistenciais – 2025, deverá ser efetuado nas agências bancárias ou nos postos de correios, com vencimento em 31 de maio, em nome do Sindicato Patronal que representa a categoria da empresa ou a FECOMÉRCIO/MT.

§ 2º – TABELA DE VALORES DAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS ASSISTENCIAIS – 2025

| Número de Empregados | Valor        |
|----------------------|--------------|
| De 01 a 05           | R\$ 334,34   |
| De 06 a 15           | R\$ 572,03   |
| De 16 a 30           | R\$ 813,41   |
| De 31 a 70           | R\$ 1.554,03 |
| De 71 a 100          | R\$ 2.791,03 |
| Acima de 100         | R\$ 3.898,59 |
| Microempreendedor    | R\$ 301,24   |

§ 6º - As referidas Contribuições Patronais são devidas pelas Empresas as quais serão encaminhadas pelos Sindicatos Patronais que representa a categoria da empresa ou pela FECOMÉRCIO/MT, e não poderão ser descontadas dos empregados.

§ 7º - Os recolhimentos fora dos prazos legais serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) por mês de atraso

§ 8º -As empresas que não quiserem contribuir para o Sindicato Patronal ou para a FECOMÉRCIO/MT deverão elaborar Carta de Oposição à cobrança no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação do instrumento coletivo no site da Federação, após este prazo, não será mais admitida. A Carta de Oposição, modelo disponível no site do Sindicato Patronal ou da FECOMÉRCIO/MT, poderá ser entregue na sede FECOMÉRCIO/MT ou ser enviada para o e-mail [oposicao@fecomerciomt.org.br](mailto:oposicao@fecomerciomt.org.br)

## CLÁUSULA OITAVA – MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Fica estabelecido a multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o menor piso normativo previsto nesta Convenção Coletiva, mais 2% (dois por cento) de juros ao mês, em caso de infração de qualquer Cláusula do presente instrumento, revertendo-se em favor da parte prejudicada.

Cuiabá. 28 de maio de 2025.

DocuSigned by:

*Emerson Ronaldo Moressi*

3E10C07D9DE1472

Federação Nacional dos Trabalhadores em Tecnologia da Informação – FENATI  
**SR. EMERSON RONALDO MORESSI - PRESIDENTE**

Assinado por:

*Lucimar Urbano de Arruda*

C5CF61532CE3403...

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados e Serviços de Informática, Similares e Profissionais de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso – SINDPD/MT  
**SRA. LUCIMAR URBANO DE ARRUDA – PRESIDENTE**

FEDERACAO DO  
COMERCIO DE BENS  
SERVICOS E  
TURISMO:03484896000110

Assinado de forma digital por  
FEDERACAO DO COMERCIO DE  
BENS SERVICOS E  
TURISMO:03484896000110  
Dados: 2025.05.30 10:00:52 -04'00'

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso  
FECOMÉRCIO/MT  
**SR. JOSÉ WENCESLAU DE SOUZA JUNIOR - PRESIDENTE**